Boletim de Jurisprudência

Turmas

Secretaria de Gestão da Informação Institucional
Serviço de Gestão Normativa e Jurisprudencial
Setor de Divulgação

43/2010

As ementas contidas neste boletim se constituem em publicação oficial deste Tribunal. O inteiro teor dos acórdãos, oferecido através de "links" de acesso rápido, julgados nas Turmas a partir de 22 de fevereiro e publicados a partir de 1º de março estão disponíveis na página do Tribunal, na internet, com validade legal para todos os efeitos. Consulte o [Provimento GP nº 03/2010](#).

AÇÃO

Diversas espécies

AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. INÉRCIA DA AUTORA. AUSÊNCIA DE CULPA DOS RÉUS. Tendo sido a ação de consignação em pagamento extinta sem resolução de mérito, por inércia da autora, que não promoveu os atos necessários ao andamento do processo, consistente no depósito judicial do valor que entendia devido, excessiva se mostra a pena de multa aplicada aos sindicatos réus, que em nada contribuíram para o deslinde imprimido ao feito, devendo, pois, serem nesta Instância excluídos do comando sancionatório. Recursos ordinários providos. (TRT/SP - 01501200834102008 - RO - Ac. 5ªT [20100355000](#) - Rel. ANELIA LI CHUM - DOE 07/05/2010)

APOSENTADORIA

Efeitos

APOSENTADORIA - EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO - INOCORRÊNCIA - O direito à aposentadoria espontânea encontra-se inserido no âmbito da relação jurídica existente entre o segurado e o INSS - Instituto de Previdência Social, não influenciando na relação de emprego, até porque a natureza da relação jurídica previdenciária é distinta da relação de trabalho. Logo, a aposentadoria espontânea somente é causa de extinção do contrato de emprego quando o empregado deixa de trabalhar, espontaneamente, em razão da aposentação. Caso contrário, mantém-se íntegro o seu contrato de emprego. (TRT/SP - 01725200800602008 - RO - Ac. 2ªT [20100397578](#) - Rel. ODETTE SILVEIRA MORAES - DOE 14/05/2010)

ARQUIVAMENTO

Efeitos

RENOVAÇÃO DA AÇÃO. PAGAMENTO DE CUSTAS. Não há óbice ao ajuizamento de nova ação pelo empregado que teve o processo anterior arquivado, ainda que não tenha quitado as custas processuais do mesmo. A parte final do artigo 268 do CPC não se coaduna com os princípios que informam o Direito Processual do Trabalho. Recurso a que se dá provimento. (TRT/SP - 00632200901002006 - RO - Ac. 8ªT [20100330066](#) - Rel. SILVIA ALMEIDA PRADO - DOE 26/04/2010)

CONCILIAÇÃO

Comissões de conciliação prévia

Arbitragem. Direito Individual do Trabalho. Direitos indisponíveis. Invalidez. A Lei de Arbitragem (Lei 9.307/96) dispõe, em seu primeiro artigo, que os seus preceitos se aplicam a direitos patrimoniais disponíveis o que, desde logo, mostra-se de difícil inserção no campo dos direitos trabalhistas, vez que neste âmbito vigora o princípio da indisponibilidade de direitos. Recurso Ordinário provido. (TRT/SP -

00811200806102005 - RO - Ac. 14ªT [20100514752](#) - Rel. DAVI FURTADO MEIRELLES - DOE 09/06/2010)

RECURSO ORDINÁRIO. TRANSAÇÃO CELEBRADA PERANTE A COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA SEM RESSALVA. VALIDADE. QUITAÇÃO GERAL E IRREVOGÁVEL. O termo de conciliação lavrado perante a Comissão de Conciliação Prévia constitui-se em título executivo extrajudicial e produz efeito liberatório geral quanto às obrigações oriundas do contrato de trabalho, salvo em relação àquelas verbas expressamente ressalvadas. Esta é a dicção do parágrafo único do art. 625-E da CLT. Se o trabalhador não aponta qualquer vício de consentimento no acordo celebrado perante a Comissão de Conciliação Prévia e se os títulos transacionados não correspondem a verbas incontroversas, não há razão jurídica para negar validade à termo de conciliação extrajudicial com efeito liberatório geral em que não conste qualquer ressalva. (TRT/SP - 01072200706102008 - RO - Ac. 12ªT [20100365803](#) - Rel. MARCELO FREIRE GONÇALVES - DOE 07/05/2010)

CONTRATO DE TRABALHO (EM GERAL)

Norma mais benéfica

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. UTILIZAÇÃO DE "HEAD FONE". Diversamente do quanto asseverado pelo MM. Juízo sentenciante, entendo que a menção aos sinais em fones, a que se refere a NR 15, não se coaduna com os atendimentos telefônicos a clientes através de conversas telefônicas, restando indevido o recebimento do adicional de insalubridade e reflexos. Fosse esta a intenção da norma regulamentadora, haveria de existir a condição de trabalho insalubre específica para atendimento telefônico com fones de ouvido, sendo certo que tal condição não se verifica. NORMA MAIS BENÉFICA. HIERARQUIA DAS NORMAS TRABALHISTAS - A disposição contida no art. 7º, inciso XIII da CF/88 refere-se à jornada máxima diária a ser cumprida por qualquer empregado, não se tratando especificamente de uma jornada legal, pressupostamente contratada, como quer fazer crer a reclamado, mas sim de uma jornada integral. Por regra de hermenêutica trabalhista, utiliza-se a aplicação da norma mais benéfica ao empregado, sendo que a hierarquia das fontes formais é dinâmica. Por seu turno, o contrato de trabalho da obreira (fonte formal) traz em seu bojo que a jornada de trabalho legalmente contratada foi de seis horas diárias, sobrepondo-se à disposição contida na Carta Magna, por se tratar de norma mais benéfica. (TRT/SP - 00916200820302000 - RO - Ac. 2ªT [20100397616](#) - Rel. ODETTE SILVEIRA MORAES - DOE 14/05/2010)

DANO MORAL E MATERIAL

Indenização por dano moral em geral

Dano moral. Ato ilícito. Adversidades fazem parte do mundo do trabalho. Aborrecimentos, decepções, angústias, tudo isso também faz parte da condição humana, no contexto das relações de trabalho, seja entre empregadores e empregados, seja entre os próprios empregados. A reparação de dano moral não decorre de qualquer aborrecimento, de qualquer adversidade, mas de ato ilícito. Não demonstrada, no caso, nenhuma conduta ilícita do empregador, nem por parte dos seus prepostos. Recurso do réu a que se dá provimento, nesse ponto, excluída da condenação a indenização de dano moral. (TRT/SP - 00300200808602000 - RO - Ac. 11ªT [20100407298](#) - Rel. EDUARDO DE AZEVEDO SILVA - DOE 18/05/2010)

EMBARGOS DE TERCEIRO

Prazo

AGRAVO DE PETIÇÃO EM EMBARGOS DE TERCEIRO. PRAZO. Não há que se falar em aplicação aos embargos de terceiro do prazo aplicável aos embargos à execução. O artigo 1.048 do Código de Processo Civil estabelece, de forma clara e precisa, que o prazo para a oposição dos embargos de terceiro limita-se, na execução, a "até 5 (cinco) dias depois da arrematação, adjudicação ou remição, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta", não excepcionando qualquer outra situação, com vistas ao início da contagem do prazo a partir da ciência ou intimação da penhora por quem se diz terceiro. Revela-se manifestamente contrária aos princípios da legalidade, do devido processo legal e ao da ampla defesa a transposição do prazo de embargos à execução (cinco dias a partir da ciência da penhora ou do depósito judicial) para interposição dos embargos de terceiro. O artigo 1048 do CPC, sem qualquer forma de dúvida ou de espaço interpretativo, possibilita o ajuizamento dos embargos de terceiro a qualquer tempo no processo de conhecimento e no de execução, até cinco dias depois da arrematação, adjudicação ou remição, mas sempre antes dos marcos fatais segundo a lei. Dessa forma, levando-se em conta o "princípio da utilidade do prazo", não há como se restringir o prazo legal, cujo termo inicial não foi estipulado pelo legislador. AGRAVO DE PETIÇÃO EM EMBARGOS DE TERCEIRO. SUCESSÃO DE EMPRESAS RECONHECIDA EM PRIMEIRA INSTÂNCIA. ILEGITIMIDADE DE PARTE DA SUCESSORA PARA INTERPOR EMBARGOS DE TERCEIRO. Na qualidade de parte no processo principal (sucessora da executada) e não de terceiro, a agravante deveria promover sua defesa nos autos principais mediante utilização do remédio processual oportuno e adequado, qual seja, os embargos à execução, em cuja seara seria possível a discussão jurídica de todos os fatos e provas embasadoras do argumento de negativa da sucessão trabalhista, como meio de liberação do numerário penhorado de sua titularidade. Não tendo assim procedido, já que serviu-se de embargos de terceiro, meio absolutamente impróprio, com o intuito de esquivar-se da execução, forçoso o acolhimento da preliminar de ilegitimidade de parte argüida pela agravada e, conseqüentemente, a extinção do processo, sem resolução do mérito, com fulcro no inciso VI do art. 267 do CPC. (TRT/SP - 01983200944302008 - AP - Ac. 12ªT [20100365790](#) - Rel. MARCELO FREIRE GONÇALVES - DOE 07/05/2010)

EQUIPARAÇÃO SALARIAL

Desvio de funções (em geral)

Desvio de função. Diferenças salariais. Inexistência de disposição legal ou normativa que garanta aumento de salário por desvio de função. A organização e a estrutura administrativa da empresa é assunto que diz respeito apenas ao empregador, em decorrência de seu poder diretivo. Se é questão que não envolve quadro organizado de carreira, só ao empregador cabe dizer se tal ou qual função deve ser exercida por um chefe ou por um ajudante, ou se o ajudante pode ou não ter atribuições de maior ou menor responsabilidade. Recurso da ré a que se dá provimento, nesse ponto. (TRT/SP - 00048200903602003 - RO - Ac. 11ªT [20100407280](#) - Rel. EDUARDO DE AZEVEDO SILVA - DOE 18/05/2010)

ESTABILIDADE OU GARANTIA DE EMPREGO

Provisória. Dirigente sindical, membro da cipa ou de associação

Estabilidade. CIPA. Nulidade da dispensa não configurada. Requerida a saída da CIPA pelo autor nove meses antes do despedimento, e não provado que foi coagido a se desligar da comissão, como alegado, não há se falar nulidade do ato. Inexistência de formalidade (homologação sindical) para o desligamento da CIPA. Recurso do autor a que se nega provimento. (TRT/SP - 01877200801102006 - RO - Ac. 11ªT [20100407301](#) - Rel. EDUARDO DE AZEVEDO SILVA - DOE 18/05/2010)

EXECUÇÃO

Bens do cônjuge

EMBARGOS DE TERCEIRO. PENHORA DE BEM IMÓVEL. SEPARAÇÃO DO CASAL. PARTILHA DE BENS. AUSÊNCIA DE REGISTRO. O formalismo da averbação da sentença homologatória da separação consensual no registro de imóveis não pode se sobrepor à realidade fática advinda da partilha de bens ajustada na ação da separação consensual homologada e transitada em julgado, mormente quando a dívida contraída pelo sócio executado originou-se muito tempo depois do rompimento da sociedade conjugal. Agravo a que se nega provimento. (TRT/SP - 01388200904402006 - AP - Ac. 8ªT [20100351209](#) - Rel. SILVIA ALMEIDA PRADO - DOE 04/05/2010)

Depósito

RESPONSABILIDADE PELA CORREÇÃO MONETÁRIA E PELOS JUROS APÓS O DEPÓSITO DO VALOR DA CONDENAÇÃO. A executada só não se responsabiliza pelos índices de correção monetária e de juros após o depósito do valor da condenação se este tiver natureza jurídica de pagamento (art. 880 da CLT), o que significa poder o credor, de imediato, soerguer a importância e dar quitação da dívida (arts. 881 da CLT e 401, I, do Código Civil). Se o depósito teve por intenção apenas garantir o juízo, a responsabilidade se estende até o momento em que o crédito se tornar disponível. Nesse sentido a jurisprudência deste Tribunal (Súmula 07). (TRT/SP - 00697197702202003 - AP - Ac. 5ªT [20100355751](#) - Rel. JOSÉ RUFFOLO - DOE 07/05/2010) RESPONSABILIDADE PELA CORREÇÃO MONETÁRIA E PELOS JUROS APÓS O DEPÓSITO DO VALOR DA CONDENAÇÃO. A executada só não se responsabiliza pelos índices de correção monetária e de juros após o depósito do valor da condenação se este tiver natureza jurídica de pagamento (art. 880 da CLT), o que significa poder o credor, de imediato, soerguer a importância e dar quitação da dívida (arts. 881 da CLT e 401, I, do Código Civil). Se o depósito teve por intenção apenas garantir o juízo, a responsabilidade se estende até o momento em que o crédito se tornar disponível. Nesse sentido a jurisprudência deste Tribunal (Súmula 07). (TRT/SP - 02690199200302007 - AP - Ac. 5ªT [20100274964](#) - Rel. JOSÉ RUFFOLO - DOE 16/04/2010)

Penhora. Em geral

"EXECUÇÃO FISCAL. DILIGÊNCIAS EXHAURIDAS. INDISPONIBILIDADE DE BENS. POSSIBILIDADE. Em execução fiscal, não localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, suspende-se o curso da execução, com posterior arquivamento provisório do feito, sendo possível a sua reativação a qualquer tempo, desde que localizados o devedor ou bens passíveis

de penhora, viabilizando o prosseguimento, nos termos do artigo 40 da Lei nº 6.830/80. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (TRT/SP - 00458200747202009 - AP - Ac. 8ªT [20100329548](#) - Rel. SILVIA ALMEIDA PRADO - DOE 30/04/2010)

INSALUBRIDADE OU PERICULOSIDADE (ADICIONAL)

Integração

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - REFLEXOS EM DSR'S - O adicional de insalubridade é calculado com base no salário mensal, o qual já engloba os dias de descanso, restando indevida a sua repetição, sob pena de restar caracterizado o enriquecimento sem causa da obreira. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - O reclamante encontra-se assistido por advogado particular, não se encontrando preenchidos os requisitos elencados no art. 14 da Lei nº 5.584/70, que foi devidamente recepcionado pelo art. 133 da Carta Magna, consoante entendimento pacificado pela Súmula nº 329 do C. TST. (TRT/SP - 01821200607402002 - RO - Ac. 2ªT [20100397632](#) - Rel. ODETTE SILVEIRA MORAES - DOE 14/05/2010)

JORNADA

Revezamento

TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO. JORNADA. O empregado submetido a turno ininterrupto de revezamento tem jus ao pagamento das horas extraordinárias laboradas além da 6ª, na hipótese de inexistência de instrumento coletivo. JUROS. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÉPOCA PRÓPRIA. Os juros na esfera trabalhista estão previstos no art. 39, da Lei nº 8.177/91 e são de um 1% ao mês, pro rata die. Quanto à atualização monetária, entende-se como época própria a data em que o direito de natureza patrimonial se torna legalmente exigível em virtude do inadimplemento por parte do empregador. Assim, consoante diretriz adotada pela SBDI-1 do Órgão Superior desta Justiça do Trabalho, no caso dos salários, os índices de correção monetária a serem utilizados são aqueles referentes ao mês subsequente ao trabalhado, se ultrapassada a data-limite para pagamento prevista no artigo 459, parágrafo único, da CLT. Ressalvado ponto de vista pessoal aplica-se, por disciplina judiciária, a Súmula nº 381, do C. TST. RECOLHIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS E FISCAIS. Incumbe ao trabalhador o ônus da contribuição previdenciária e fiscal incidente sobre o seu crédito oriundo de condenação judicial. Ao empregador cabe o desconto e o recolhimento da contribuição, calculada mês a mês, observado o limite do salário de contribuição. Quanto à contribuição fiscal é do empregador o dever de efetuar o desconto e o recolhimento sobre o valor total da condenação, relativamente às parcelas tributáveis. Aplicação da Súmula nº 368, itens II e III, do C. TST. (TRT/SP - 01195200804102005 - RO - Ac. 2ªT [20100637064](#) - Rel. LUIZ CARLOS GOMES GODOI - DOE 13/07/2010)

JUROS

Cálculo e incidência

JUROS SOBRE JUROS (ANATOCISMO) - CONFIGURAÇÃO - NECESSIDADE DE REFEITURA DOS CÁLCULOS. Os cálculos de atualização do crédito remanescente do Reclamante, efetuados pela Secretaria da Vara do Trabalho, computaram juros e correção monetária desde a data do ajuizamento da ação (08/08/1995) até 01/05/2009. Entretanto, nos cálculos de liquidação judicialmente homologados pelo Juízo, os juros e a correção monetária já haviam sido aplicados

desde o ajuizamento da ação (08/08/1995) até 01/05/2006, tendo sido esse acréscimo totalmente desprezado pelo Juízo. Neste contexto, tem-se que houve a incidência, sobre um mesmo período de tempo, de juros e correção monetária, o que caracteriza a figura do anatocismo, vedada em nosso ordenamento jurídico. Necessária, por conseguinte, a refeitura dos cálculos de atualização, a fim de que o Reclamado não seja apenado duplamente com juros moratórios relativos a um mesmo período. Agravo de Petição conhecido e parcialmente provido. (TRT/SP - 01907199505202004 - AP - Ac. 5ªT [20100237546](#) - Rel. ANELIA LI CHUM - DOE 09/04/2010)

MULTA

Cabimento e limites

Multa. Ato atentatório à dignidade da justiça. Cadastramento de conta no sistema Bacen-Jud. A indicação de conta corrente para cadastro no sistema Bacen-Jud, visando exclusivamente à garantia da execução, sem o lastro correspondente, configura ato atentatório à dignidade da Justiça, em especial quando o executado não apresenta justificativa alguma para inexistência de numerário à época da tentativa infrutífera de penhora on line. Aplicação do artigo 600, inciso II, do CPC. (TRT/SP - 00551200305602008 - AP - Ac. 6ªT [20100145684](#) - Rel. RAFAEL E. PUGLIESE RIBEIRO - DOE 17/03/2010)

NORMA COLETIVA (EM GERAL)

Convenção ou acordo coletivo

1 - PERICULOSIDADE. REDUÇÃO CONVENCIONAL DO ADICIONAL. AUSÊNCIA DE CONTRAPARTIDA. DIREITO ÀS DIFERENÇAS. O inciso XIV do art. 7º da CF ressalva a possibilidade de negociação coletiva, fazendo-o, todavia, em harmonia com o "caput" desse mesmo artigo. Vale dizer, autoriza alteração "in mellius", que objetive a "melhoria da condição social do trabalhador", e não para ensejar modificação "in pejus", que faria letra morta do dispositivo constitucional. Não assegura melhoria social alguma, fixar percentual de periculosidade inferior ao legal (art. 193, CLT). Tal pactuação só beneficia a empresa, que paga menos pelo trabalho perigoso. A moderna tendência de prestigiar a autonomia privada coletiva deve dar-se em consonância com os fins a que se destinam os sindicatos, e sob a égide das normas constitucionais que não podem tangenciar. Os arts. 513 alínea a, da CLT e 8º, III, da CF, atribuem aos sindicatos a defesa dos direitos e interesses individuais e coletivos das respectivas categorias, e não, a destruição do patrimônio jurídico dos representados. Não podem, pois, as entidades, celebrar sem efetiva transação ou contrapartida, acordos ou convenções redutoras de direitos albergados na lei ordinária e na Constituição, notadamente os de viés higiênico. A questão é análoga aos fundamentos inspiradores da OJ 342, da SDI-I do C.TST, que repele negociação redutora de direitos que visam à saúde do trabalhador, por se tratar de questão de ordem pública. Daí porque, "in casu", não se aplica a Súmula 364 do C.TST, cujo teor fere o princípio da inalterabilidade "in pejus"; e porque a Súmula 361 do C.TST consagrou que o adicional deve ser pago de forma integral, independentemente da intermitência do trabalho sob risco. 2 - ACORDO DE COMPENSAÇÃO. PRORROGAÇÃO HABITUAL E TRABALHO AOS SÁBADOS. INVÁLIDO. Não são válidos os acordos para compensação de jornada se os espelhos de ponto juntados pela própria reclamada demonstram que era habitual a extrapolação da jornada e o trabalho aos sábados. Horas extras devidas. Recurso do reclamante ao qual se dá provimento nestes aspectos. (TRT/SP -

00794200825202001 - RO - Ac. 4ªT [20100132540](#) - Rel. RICARDO ARTUR COSTA E TRIGUEIROS - DOE 12/03/2010)

PARTE

Legitimidade em geral

ILEGITIMIDADE DA UNIÃO PARA, NA CONDIÇÃO DE TERCEIRA INTERVENIENTE, PUGNAR POR RECOLHIMENTOS DESTINADOS AO IMPOSTO DE RENDA. A União, na condição de terceira interveniente, não preenche os pressupostos e as condições da ação aptas a autorizar que busque, de forma incidental, retenção de imposto de renda. O art. 114, VIII, da Constituição Federal somente a legitima para, em sede de reclamatória trabalhista, buscar as "contribuições sociais" das quais trata o art. 195, I, a, e II da Carta Magna. Recurso com tal pretensão, portanto, não preenche os pressupostos de admissibilidade e deve ser extinto sem resolução do mérito. Aplicação dos arts. 267, IV e VI, e 292, II, do Código de Processo Civil. (TRT/SP - 01944200506902007 - RO - Ac. 5ªT [20100104147](#) - Rel. JOSÉ RUFFOLO - DOE 05/03/2010)

PRESCRIÇÃO

Acidente do trabalho

ASSUNTO(S) CNJ 55224 - Acidente de Trabalho PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. PRAZOS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL DECORRENTES DE ACIDENTE DO TRABALHO/DOENÇA PROFISSIONAL. A regra de prescrição a ser aplicada em casos de indenização por acidente ou moléstia não é a do art. 7º, inciso XXIX da Constituição Federal, pois rege a contagem quanto aos créditos oriundos das relações de trabalho, devendo ser considerado estritamente, o que exclui indenização por acidente, que não é contraprestação pela execução contratual. Em se tratando de reparações de infortúnio, o termo inicial da contagem do prazo da prescrição é a partir da ciência inequívoca da lesão por parte do trabalhador (Súmula 278 do STJ, Súmula 230 do STF e art. 189 do Novo Código Civil). Considera-se o velho prazo de prescrição de 20 anos para os acidentes de trabalho ocorridos na vigência do Código Civil de 1916 (art. 177), com a observância da regra de direito intertemporal prevista no art. 2028 (Código Civil de 2003), ou 10 anos, aplicando-se o novo prazo reduzido de prescrição (regra geral do art. 205 do Código Civil de 2003), por não previsão de prazo específico, que começa a fluir, por inteiro, a contar da vigência do Novo Código. Recurso Ordinário provido. (TRT/SP - 00559200526202004 - RO - Ac. 14ªT [20100514590](#) - Rel. DAVI FURTADO MEIRELLES - DOE 09/06/2010)

Interrupção e suspensão

Prescrição. Afastamento previdenciário. Contrato de trabalho suspenso por motivo de doença. O efeito suspensivo das obrigações contratuais remonta a motivos de ordem prática e humana, deles não se dissociando a aferição do prazo prescricional que vincula, tal como o contrato, uma atitude comissiva, uma atividade que exige ação do sujeito de direito. Paralisado no tempo o contato de trabalho, fica igualmente paralisada a fluência da prescrição por força suspensiva prevista no art. 199, I, do Código Civil. A prescrição parcial não é contada do ajuizamento da ação, mas do dia anterior à data do afastamento (suspensão contratual). (TRT/SP - 01235200938202000 - RO - Ac. 6ªT [20100146435](#) - Rel. RAFAEL E. PUGLIESE RIBEIRO - DOE 17/03/2010)

RECURSO

Interlocutórias

RECURSO ORDINÁRIO. 1. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. PRECLUSÃO PRO IUDICATO. O V. Acórdão proferido por Turma deste Regional acerca da prescrição tem natureza interlocutória e, por isso, é irrecorrível de imediato (parágrafo 1º do art. 893 da CLT e Súmula nº 214 do C.TST). Essa decisão não pode ser reexaminada pelo Regional pois operou-se a preclusão pro iudicato, a teor do disposto nos arts. 471 e 463, ambos do CPC. Somente após o exame do recurso interposto contra a r. sentença que julga os itens remanescentes da petição inicial é que a parte poderá manejar recurso específico para órgão jurisdicional hierarquicamente superior a fim de discutir a prescrição. 2. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL DECORRENTE DE ACIDENTE DO TRABALHO. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA DO EMPREGADOR. A indenização por acidente do trabalho garantida ao trabalhador no inciso XXVIII do art. 7º da CF só é devida pelo empregador no caso de haver concomitantemente nexos causal entre a atividade profissional do trabalhador e a lesão, a incapacidade para o trabalho decorrente do acidente, além de culpa ou dolo do empregador. O inciso XXVIII do art. 7º da CF é expresso e específico ao se referir à responsabilidade subjetiva do empregador nas ações de indenização. Não é aplicável ao caso a regra inscrita no parágrafo único do art. 927 do Código Civil que consagra a responsabilidade objetiva, pois, como já foi dito, a Constituição Federal tem norma expressa estabelecendo a responsabilidade subjetiva do empregador como pressuposto para a indenização. 3. DANO MORAL. VALOR DA INDENIZAÇÃO. A jurisprudência já sedimentou o entendimento de que a fixação do valor de indenização por dano moral deve ser feita por arbitramento (interpretação analógica do art. 953 do Código Civil), sendo que o órgão julgador deverá valorar aspectos como a gravidade do ilícito civil praticado, a repercussão do fato, a extensão do dano (art. 944 do Código Civil), a capacidade econômica das partes envolvidas e a duração do contrato de trabalho. Além desses parâmetros, a doutrina e jurisprudência também apontam uma dupla finalidade para o quantum indenizatório: reparar o sofrimento experimentado pela vítima e ao mesmo tempo desestimular futura repetição do comportamento ilícito do transgressor. (TRT/SP - 00419200630102005 - RO - Ac. 12ªT [20100365781](#) - Rel. MARCELO FREIRE GONÇALVES - DOE 07/05/2010)

RELAÇÃO DE EMPREGO

Cooperativa

Cooperativa. Vínculo de emprego com o tomador dos serviços. O cooperativismo é atividade importante, merecedora de respeito e estímulo. Contudo, não se pode fechar os olhos para a realidade, que mostra uma proliferação indevida de empresas de colocação de mão de obra disfarçadas de cooperativa. Assim sendo, na avaliação de pedidos que têm como fundo adesão a cooperativa ilegítima, o juiz deve, necessariamente, olhar além de meras formalidades, como os atos constitutivos da cooperativa ou a forma de adesão do empregado, pois é evidente que, aparelhado apenas com esses critérios, não terá condições de encontrar solução justa. Importa considerar se a cooperativa funciona como verdadeira congregação de profissionais que colocam sua mão de obra em proveito recíproco, ou se, ao contrário, assume a dimensão menor de simples empresa fornecedora de mão de obra mais barata para empresas que não desejam arcar com os custos sociais da contratação regular de empregados para desempenho de atividades-

fim, mas também para atividades-meio. Tendo isso em mente, o juízo terá condições de apreender a verdadeira essência do negócio jurídico, dando a solução justa ao caso. Recurso Ordinário não provido. (TRT/SP - 01394200801802006 - RO - Ac. 14ªT [20100514744](#) - Rel. DAVI FURTADO MEIRELLES - DOE 09/06/2010)

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA/SUBSIDIÁRIA

Terceirização. Ente público

ENTE PÚBLICO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA: "Não há dúvida quanto ao fato de que a contratação, pelo Poder Público, somente pode ser realizada mediante licitação. Exigência essa que tem por finalidade a preservação dos princípios da seriedade, da impessoalidade, da moralidade e da legalidade exigida pela Constituição Federal (art. 37, 'caput'). No entanto, não se afasta a responsabilidade pela escolha, uma vez que é obrigação do Poder Público efetuar levantamento prévio e verificar a capacidade econômico-financeira da empresa concorrente à licitação, posto que, sem essa providência, ocorre de as empresas ganharem a licitação por oferecerem vantagens que não terão condições de cumprir". Recurso ordinário da reclamada sociedade de economia mista a que se nega provimento. (TRT/SP - 01758200806402009 - RO - Ac. 11ªT [20100135751](#) - Rel. DORA VAZ TREVIÑO - DOE 10/03/2010)

SALÁRIO (EM GERAL)

Desconto salarial

VALES. PRAXE. DESCONTO SOBRE O PAGAMENTO SEGUINTE. A praxe nas relações de trabalho é de que os "vales" são descontados no pagamento seguinte, e deve ser neste sentido a conclusão, exceto se provado ajuste expresso em contrário, inexistente no caso concreto. Recurso patronal ao qual se nega provimento. (TRT/SP - 00396200937202009 - RO - Ac. 4ªT [20100133830](#) - Rel. RICARDO ARTUR COSTA E TRIGUEIROS - DOE 12/03/2010)

Funções simultâneas

RECURSO DA RECLAMANTE. ADICIONAL DE DUPLA FUNÇÃO. Assegurado pelo conjunto probatório o desempenho das tarefas de atendimento e digitação, de rigor o acolhimento do pedido, nos termos estabelecidos em cláusula coletiva. DEVOLUÇÃO DE DESCONTOS. Considerando os limites do libelo, que em nenhum momento noticia vício de consentimento, é inviável o deferimento da pretensão. HORAS EXTRAS. INTERVALO. Incumbe à autora, quando colacionados com a defesa os recibos de pagamento e os cartões de ponto, a demonstração das diferenças postuladas a título de horas extras, na conformidade do art. 818, da CLT. EQUIPARAÇÃO SALARIAL. É ônus da empregadora, nos termos do art. 818, da CLT, a comprovação da alegação defensiva de maior produtividade e perfeição técnica do paradigma. INDENIZAÇÃO DE DESLIGAMENTO. Não há como imprimir efeito devolutivo, por via de recurso ordinário, à matéria que não foi objeto de tese específica na origem, nem enfrentada pela parte mediante embargos declaratórios. RECURSO DA RECLAMADA TNL CONTAX. COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA. Tendo em vista que o STF publicou no DJE e no DOU, em 22.05.2009, decisão que deferiu parcialmente a liminar nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 2.139 e 2.160, para dar interpretação conforme a Constituição Federal, relativamente ao art. 625-D da CLT, não cabe a arguição de que há pressuposto processual não

atendido que impeça a apreciação do mérito. RECURSO DAS RECLAMADAS. SUCESSÃO. Consoante os artigos 10 e 448, da CLT, qualquer alteração na organização estrutural da empresa não afeta os contratos de trabalho existentes e nem os direitos adquiridos pelos empregados, passando o sucessor a responder pelas obrigações desses pactos após a assunção. Todavia, tal situação não dispensa a sucedida da responsabilidade sobre eventuais débitos trabalhistas existentes. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. REFLEXOS. BASE DE CÁLCULO. A NR-15, Anexo 13 da Portaria nº 3.214/78 estabelece o direito ao adicional de insalubridade ao "operadores de Telegrafia e radiotelegrafia, manipulação em aparelhos do tipo Morse e recepção de sinais em fones", que não se equiparam aos sinais de vozes humanas emitidos em aparelhos de fone de ouvido. HONORÁRIOS PERICIAIS. Sucumbente no objeto da perícia é a reclamante responsável pelos honorários periciais, dos quais fica isenta por ser beneficiária da Justiça Gratuita. (TRT/SP - 02303200400602006 - RO - Ac. 2ªT [20100636980](#) - Rel. LUIZ CARLOS GOMES GODOI - DOE 13/07/2010)

SINDICATO OU FEDERAÇÃO

Contribuição legal

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA - DOCUMENTO INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO: "Para instruir ação ordinária de cobrança de contribuição sindical, compete ao órgão sindical tomar providências junto à Caixa Econômica Federal, eis que a essa entidade bancária cabe o repasse da parcela tanto ao sindicato como à conta especial-emprego e salário". Processo extinto, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267 - inc. I, do CPC. (TRT/SP - 01393200807102000 - RO - Ac. 11ªT [20100135760](#) - Rel. DORA VAZ TREVIÑO - DOE 10/03/2010)

Enquadramento. Em geral

REGULARIDADE FORMAL. ENQUADRAMENTO SINDICAL. PEDIDOS DECORRENTES . A falta de coerência entre a r. decisão atacada e as razões expostas pelo recorrente leva ao não conhecimento do recurso ordinário interposto, nos termos do art. 514, inciso II, do CPC e Súmula 422 do C. TST. HORAS EXTRAS. Sejam quais forem as alegações, positivas ou negativas, de fatos constitutivos, modificativos, impeditivos ou extintivos, a prova incumbe a qualquer das partes que as formule. A juntada dos registros de horário por parte da empresa, quando empregue mais de 10 trabalhadores, não depende de determinação judicial, por isso que a manutenção de tais controles resulta de imposição legal. Esse dever lhe acarreta o ônus da prova, quando alegue horário diverso do afirmado pela parte contrária. A custódia desses documentos é firmada para a proteção do trabalhador, de modo a evitar que os limites de jornada estabelecidos pela Constituição sejam impunemente excedidos. E por serem comuns às partes, a prova do trabalhador se faz também por esses controles e assim o empregador que os sonega, além de não se desincumbir de seu ônus, impede aquele de fazê-lo. No entanto, a juntada parcial desses documentos, aliada à prova oral afastou a presunção de veracidade das anotações dos controles de ponto, confirmando a sobrejornada indicada na petição inicial, com os limites do informado no interrogatório. DANO MORAL. A ausência de comprovação de ofensa aos direitos subjetivos do empregado não autoriza a indenização por danos morais. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. Os juros na esfera trabalhista estão previstos no art. 39, da Lei nº 8.177/91 e são de um 1% ao mês, pro rata die. Entende-se como época própria a data em que o direito de natureza

patrimonial se torna legalmente exigível em virtude do inadimplemento por parte do empregador. Assim, consoante diretriz adotada pela SBDI-1 do Órgão Superior desta Justiça do Trabalho, no caso dos salários, os índices de correção monetária a serem utilizados são aqueles referentes ao mês subsequente ao trabalhado, se ultrapassada a data-limite para pagamento prevista no artigo 459, parágrafo único, da CLT. Ressalvado ponto de vista pessoal aplica-se, por disciplina judiciária, a Súmula nº 381, do C. TST. RECOLHIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS E FISCAIS. Incumbe ao trabalhador o ônus da contribuição previdenciária e fiscal incidente sobre o seu crédito oriundo de condenação judicial. Ao empregador cabe o desconto e o recolhimento da contribuição, calculada mês a mês, observado o limite do salário de contribuição. Quanto à contribuição fiscal é do empregador o dever de efetuar o desconto e o recolhimento sobre o valor total da condenação, relativamente às parcelas tributáveis. Aplicação da Súmula nº 368, itens II e III, do C. TST. (TRT/SP - 01898200706302000 - RO - Ac. 2ªT [20100636955](#) - Rel. LUIZ CARLOS GOMES GODOI - DOE 13/07/2010)

TEMPO DE SERVIÇO

Adicional e gratificação

ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. ARTIGO 129 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - BASE DE CÁLCULO. SALÁRIO: "A redação da norma constitucional estadual, por si só, não permite a conclusão de que o adicional por tempo de serviço deva ser calculado sobre os vencimentos integrais. Se assim fosse, o legislador constituinte teria consignado disposição expressa nesse sentido, tal como ocorre com a denominada sexta-parte. O cálculo do ATS sobre a remuneração encontra óbice tanto no artigo 115, XVI, da Constituição Paulista, como no artigo 37, XIV, da Constituição Federal". Recurso conhecido e provido para julgar a ação improcedente. (TRT/SP - 01451200805602003 - RO - Ac. 11ªT 20100135816 - Rel. DORA VAZ TREVIÑO - DOE 09/03/2010)